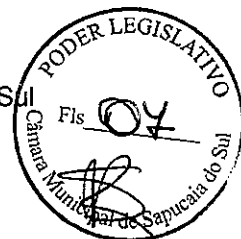




## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006081

Requerente: Vereador Marco Antônio da Rosa

Súmula: Projeto de Lei: que "Institui no Município de Sapucaia do Sul o programa de capacitação e treinamento de primeiros socorros aos profissionais da Área de Educação em [SIC]

### RELATÓRIO

Versa o expediente sobre projeto de lei legislativo, de autoria de edil com assento nesta Câmara de Vereadores, cujo escopo "institui no Município de Sapucaia do Sul o programa de capacitação e treinamento de primeiros socorros aos profissionais da área de educação, em decorrência de acidentes ou qualquer intercorrência ocorridos dentro das unidades de educação". Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei em anexo.

### PARECER

Primeiramente, sobre a instituição de novo programa ou projeto de governo, temos que Lei Orgânica Municipal estabelece vedação específica ao início de projetos ou programas que não tenham sido previamente incluídos na LOA.

*Art. 138. É vedado:*

*I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;*

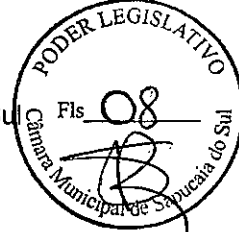
Adentrando ao mérito do quanto proposto, transcrevemos a título de paradigma de raciocínio, excertos do julgado abaixo, de origem da Egrégia Corte Suprema:

*EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Lei de iniciativa parlamentar a instituir programa municipal denominado "rua da saúde". Inexistência de vício de iniciativa a macular sua origem. 1. A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a ser*



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. 2. Inviável a análise de outra norma municipal para aferição da alegada inconstitucionalidade da lei. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF - RE: 290549 RJ, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 28/02/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-064 DIVULG 28-03-2012 PUBLIC 29-03-2012)

### DECISÃO

(...)

Representação de inconstitucionalidade porque referida Lei tratou de instituir programa de interação de esforços comunitários, públicos e empresariais, beneficiando atividades de preservação da saúde, a serem desenvolvidas em áreas de uso comum.

Alegação de vício originário, tratando-se de matéria não proposta pelo Executivo, e atinente a atribuições de seus órgãos.

**Procedência parcial, apenas quanto ao art. 6º, quando o legislador invadiu a área do Executivo, determinando os órgãos que deveriam atuar na efetivação do Programa' (fl. 93)**

(...)

Quanto ao art. 6º da Lei sob exame, requisita-se verificação especialmente cuidadosa, porque, **nesse dispositivo, nomeiam-se expressamente órgãos da Administração. Diz-se ali que, para a exeqüibilidade do Programa Rua da Saúde, integrarão seus esforços o CETRio, a Guarda Municipal, a Companhia Municipal de Limpeza, Urbana-COMLURB, e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.** Tal concurso se fará, dispõe a Lei, através do fornecimento de pessoal técnico e de apoio, restritos a cada área específica da atuação.

**Este o único comando da Lei examinada que importou em intrometimento na distribuição de tarefas executórias aos diversos órgãos administrativos.**

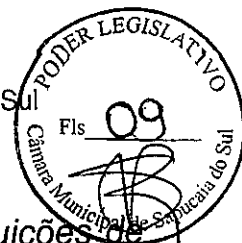
**Não se originando de proposição do Prefeito, o procedimento legiferante faz-se inválido, por vício radical, que contaminou o dispositivo resultante' (fls. 98/99).**

Com efeito, esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência da Corte no sentido de que padece de inconstitucionalidade formal a lei



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



*resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de  
órgãos públicos, matéria afeta ao Chefe do Executivo.*

Portanto, da legislação municipal, em conjunto com a orientação trazida pelo aresto jurisprudencial acima transcrito, extraímos o entendimento ao sentido que o Poder Legislativo pode, em princípio, dispor sobre instituição de programas de governo, desde que (a) não disponha sobre atribuições de órgãos da administração, e (b) nem crie despesas sem indicar a origem da receita, caso em que a criação de programa de governo estará vinculada à competência privativa do Poder Executivo. Termos em que ficam lançadas as competentes ressalvas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as anotações que entendemos pertinentes, encaminhamos o expediente à sua tramitação regimental. À consideração superior, e com aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para conclusão às comissões competentes.

Sapucaia do Sul, 19 de março de 2018

**Pablo José Camboim de Souza**  
OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

Aprovo .

**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257